



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

## **A memória da cidade e o turismo Um estudo sobre o legado histórico das casas de madeira em Maringá - Paraná<sup>1</sup>**

Silvia Christiane GOYA<sup>2</sup>  
Faculdades Nobel de Maringá/PR

Josildete Pereira DE OLIVEIRA<sup>3</sup>  
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

### **Resumo**

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a memória histórica das casas de madeira no Município de Maringá, com o objetivo de analisar o potencial turístico desse legado histórico. A metodologia se apoiou na pesquisa documental e em entrevistas com os pioneiros da cidade, e resgate de fotografias de arquivos, jornais e documentos da época da colonização. Além disso, foi efetuado um levantamento fotográfico atual e um levantamento estatístico das casas de madeira em dois bairros da cidade para, através de uma amostragem, verificar a situação de conservação e de preservação dessas habitações e identificar a importância histórica desse legado arquitetônico, símbolo da fundação da cidade. A análise procurou inferir sobre o significado dessa memória urbana para a comunidade local e sobre a singularidade dessa memória na paisagem da cidade, enquanto atrativo turístico.

**Palavras-chave:** casas de madeira; história urbana; patrimônio histórico-cultural; Maringá-PR.

### **1. Introdução**

O aspecto da colonização do Norte do Paraná tem sido abordado em publicações de cunho histórico e em pesquisas realizadas por economistas, historiadores e geógrafos, com abordagem de suas especialidades. Esses autores por diversas vezes fizeram a abordagem da importância histórica da colonização do Norte do Paraná..

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT – Desenvolvimento, Cultura e Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo pela UFPR. Mestranda em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Professora do Curso de Turismo das Faculdades Nobel de Maringá – PR – Brasil. [silvia\\_goya2@hotmail.com](mailto:silvia_goya2@hotmail.com)

<sup>3</sup> Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Natureza, Meio Ambiente, Sociedade e Doutora em Geografia pela Université de Caen Basse-Normandie – França. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração e Turismo/ Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria e Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí – SC – Brasil. [joliveira@univali.br](mailto:joliveira@univali.br)



A pesquisa teve seu enfoque no resgate histórico da memória arquitetônica e urbanística das casas de madeira no processo de fundação da cidade. O critério para a escolha do tema desta pesquisa, fundamentou-se na presença de inúmeras casas de madeira existentes ainda hoje em Maringá, focando as que foram construídas nas décadas de 40, 50 e 60 e que ainda compõem essa paisagem urbana, oportunizando a busca de informações que levassem a documentar essas casas de madeira como objetos da história material da cidade. Através dos dados obtidos na Secretaria Municipal de Planejamento de Maringá, constatou-se que houve uma retração no número dessas construções a partir da década de 70.

Assim, o objetivo principal foi analisar essa memória arquitetônica e urbanística e sua contribuição para o atual processo de desenvolvimento do turismo no município. A metodologia apoiou-se nos dados bibliográficos, na documentação oficial, no relato da origem das casas de madeira - memória da comunidade - e nos dados iconográficos, resgatados da documentação fotográfica de arquivo e do levantamento atual. Especificamente, as fontes de informações foram os documentos escritos, os relatos já transcritos dos pioneiros, a documentação fotográfica encontrados na Gerência de Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de Maringá, os dados obtidos na Secretaria Municipal de Planejamento de Maringá e por fim, a presença física dessas construções e textos referentes ao tema. Portanto, a seleção dos dados para a análise privilegiou os testemunhos materiais e documentais de inestimável valor histórico.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, a análise procurou evidenciar a perspectiva *histórica*, a perspectiva *artística* e a perspectiva da *conservação* que se referem a uma reflexão de um único objeto ou questão. Nesse sentido a análise procurou reconstituir as fases históricas de Maringá, estabelecendo um período temporal, que seria, neste caso, o período inicial da colonização e as duas décadas seguintes. Esse corte cronológico deveu-se ao fato, da opção em limitar essa pesquisa no período áureo dessas construções, delimitando o objeto de estudo em três bairros da cidade, que ainda mantém uma maior densidade dessas edificações do período de fundação da cidade. Esses bairros são: Zona 3, conhecido como “Vila Operária”; Zona 5 e Zona 6, conhecidos como “Maringá Velho”. Para esta delimitação foram efetuadas visitas *in loco*, para constatar a situação atual dessas casas. Contudo, ao longo



da análise foram mencionadas algumas casas de madeira localizadas em outros bairros, como fragmentos dessa memória urbana.

Os resultados da pesquisa revelaram a importância do legado histórico das casas de madeira no Município de Maringá e seu valor no contexto urbano, social e histórico da cidade. A comparação que se faz com as casas de madeira e as de alvenaria, em termos econômicos, estruturais, funcionais e sociais, não é tão relevante quanto o aspecto histórico. Porém, a análise constatou que nenhuma legislação municipal em vigor proíbe a destruição das casas de madeira. A preservação da maioria das casas existentes deve-se a fatos aleatórios, que nada tem a ver com o valor histórico e o que representam para a memória da cidade. Uma das causas da preservação dessas casas é o fator econômico, pois o proprietário não dispõe de condições financeiras para derrubá-la e construir uma moradia de alvenaria. Em raríssimos casos constatou-se que o proprietário tem o desejo de conservar sua casa de madeira por seu valor sentimental ou histórico.

Assim, os capítulos iniciais deste trabalho, relatam a história do pioneirismo no Norte do Paraná, focando fundamentalmente a fase de colonização da cidade de Maringá e resgatando fatos sobre a fase pioneira pertinentes a presença de farta madeira, geradora de recursos para a construção de moradias, de móveis e instrumentos que representaram momentos marcantes na vida da população. Em seguida faz-se uma abordagem sucinta sobre o planejamento urbanístico do Município e quais os critérios utilizados àquela época para delimitação dos bairros. Esses critérios condicionaram e influenciaram as características do perfil de cada comunidade residente em determinados bairros da cidade. Na seqüência, a análise é focada na construção das primeiras moradias e nas condições atuais de conservação das casas de madeira.

Finalmente, consideramos que este trabalho não tem a ambições de ser uma análise exaustiva sobre a representatividade dessa memória urbanística no contexto histórico da cidade de Maringá. Mas talvez possa contribuir para a reflexão e para os estudos sobre a relação entre esse legado histórico da cidade e o turismo enquanto nova atividade em desenvolvimento no município.



## **2. A colonização do Norte do Paraná e o desenvolvimento sócio-econômico do Município de Maringá**

### **2.1 O desbravamento, a exploração da floresta e a colonização**

No início da colonização de Maringá, uma das figuras mais marcantes é a presença do agrimensor, chamado naquele tempo de medidor de terras. Em seguida, vinham os derrubadores de mata, que na maioria das vezes, eram migrantes baianos, que passaram a buscar nas terras do Norte do Paraná, oportunidade de escapar da seca inclemente do Nordeste.

MONBEIG (1998, p. 207 e 211) descreve:

A estrada de ferro que parte de Ourinhos atingiu o rio Tibagi em 1931, Londrina em 1935 e Apucarana em 1937. Os trabalhos estão sendo ativados, para levar os trilhos até Maringá. A região em torno dessa cidade, que era uma imensa floresta despovoada em 1931, tornou-se um dos centros agrícolas mais ricos do Brasil Tropical. [...] No estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de campos. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do Estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. [ ]. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de *free land*, instalar-se a seu bel prazer e criar amplos patrimônios, limitados apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou.

As primeiras moradias foram construídas com os recursos naturais que as terras por essa região disponibilizavam, seja o palmito ou a madeira. As ruas e avenidas foram abertas com ferramentas que esses pioneiros dispunham, ou seja, foices, facões, enxadas e machados.

Assim, vão surgindo as serrarias com tempo de vida ativa curta, ou seja, são serrarias que se assentam em loteamentos novos, vão acompanhando a marcha pioneira e explorando ao máximo a madeira que serve para a construção e a fabricação de móveis. Com o passar dos anos, a floresta já devastada passa a servir como fonte de exploração de lenha. Essa lenha que,



naquela época, era comercializada às empresas ferroviárias, que possuíam os trens movidos à lenha.

## 2.2 O planejamento urbanístico de Maringá

Curiosamente, Maringá não se desenvolveu a partir de um núcleo pré-estabelecido antigo, que foi surgindo espontaneamente. Não vivenciou fases de evolução, nem etapas de desenvolvimento ocorreram, pois, passou da mata virgem direto para o traçado urbanístico elaborado com as mais avançadas técnicas, numa visão de planejamento moderno, inspirado no modelo teórico de cidade-jardim de Ebenezer Howard, com zoneamento bem definido e uma arquitetura arrojada.

A área urbana de Maringá, abrangia em sua fase inicial, a extensão de 600 alqueires, com cerca de cinco quilômetros de comprimento e três quilômetros de largura.

O Município de Maringá foi projetado pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, paulista, responsável por outros projetos como o Jardim América em São Paulo e Águas de São Pedro na região de Piracicaba. Jorge de Macedo Vieira demonstrou neste projeto urbanístico, uma preocupação com a questão ambiental. E como o plano urbanístico inicial foi projetado para abranger um período de aproximadamente cinco décadas, houve a preocupação de estabelecer a reserva de duas grandes áreas de preservação ambiental, dentro do perímetro urbano de Maringá. Essas duas áreas ambientais reservadas desde o plano urbanístico inicial, são: Parque do Ingá e o Bosque dos Pioneiros. Sob a solicitação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o urbanista, elaborou um projeto com largas avenidas, 30 metros a 46 metros de largura, e ruas com largura de 20 metros, muitas praças, áreas verdes, equivalente a 44 alqueires para as duas áreas de preservação ambiental, além da arborização das ruas. Não era permitida a construção de casas fora do projeto geral, e nas zonas residenciais, Jorge de Macedo Vieira, deixou espaço na frente dos lotes para a implantação de jardins. Nesse plano urbanístico inicial foi previsto a localização de bairros delimitados por sua função: área residencial, área residencial popular, área industrial e área de armazéns.



Jorge de Macedo Vieira, projetou a cidade de Maringá, sob a visão moderna de cidade-jardim. A concepção desse plano visou uma organização urbana exemplar, dando origem a uma cidade planejada que caracteriza um ordenamento integrado e extensivo a todo o perímetro urbano e que a projetava para que se tornasse uma metrópole modelar. O planejamento do sistema viário, incluindo o formato circular das praças, previa o bem estar das populações, presente e futuras e facilidades para a execução adequada dos serviços públicos.

### **2.3 A ocupação do perímetro urbano de Maringá – constituição e divisão dos bairros**

Em um trecho do estudo de MONBEIG (1998, p. 360) há a menção sobre a constituição dos bairros no período do desbravamento:

Sob outro aspecto, contribuem as primeiras indústrias para a criação de uma paisagem urbana, favorecendo uma primeira tendência à formação de bairros. Colocam-se nos lugares mais favoráveis, nas entradas da cidade, para quem vem das zonas de desbravamento, e sobretudo perto da estação, ao longo da estrada de ferro. Como procuram os terrenos menos valorizados, ou seus edifícios são construídos de frente para a aglomeração inicial, do outro lado da ferrovia, até então poupado pelo crescimento urbano, ou então erguem-se acompanhando os trilhos e prolongando a cidade em direção do oeste e de novos desbravamentos. As vilas, que se abrem em torno dos estabelecimentos industriais, atraem os operários, por estarem próximos dos seus locais de trabalho e pelo curso dos terrenos e dos aluguéis, menos altos que na cidade. [...] esse primeiro estágio de industrialização evidência, na paisagem urbana, a extensão da função comercial, da qual a industrialização deriva.

O plano urbanístico inicial de Maringá estabelecia como eixo de referência a estrada de ferro, no qual a cidade apoiava-se para seu crescimento e ocupação da área urbana. Assim, até a década de 60, ocorreu a ocupação com maior intensidade na área próxima a estrada de ferro. À partir da década de 70 a ocupação territorial ocorreu da forma mais uniforme nas áreas periféricas e foi o período de maior expansão territorial de Maringá. Atualmente, o Município de Maringá conta uma legislação urbanística que prevê as mais diversas situações de conflito entre o interesse do proprietário e o interesse social no que concerne ao uso e ocupação de solo. A divisão do solo é feita por zoneamento, que consiste na repartição da área do município, segundo a sua destinação de uso e ocupação do solo. O uso e ocupação do solo

estão relacionados com as diversas atividades que determinada zona desenvolve em conformidade com a lei.

Assim através da Lei Complementar nº 331 de 23 de dezembro de 1999 que legisla sobre o zoneamento de uso do solo vigente, a área do município fica dividida em cinco tipos de zonas: central, residencial, industrial, de proteção ambiental, especial e eixos de comércio e serviços. A delimitação das zonas é determinada pelas vias, logradouros públicos, acidentes geográficos e divisas de lotes. Outras leis complementares municipais passaram a regulamentar o parcelamento do solo, como as Leis Complementares 416 e 334.

#### **2.4 Bairro “Maringá Velho”**

No período que se iniciou o povoamento do “Maringá Velho” já havia muitas famílias morando na zona rural que circundavam aquela área. Até meados de 1947 a área denominada “Maringá Velho” caracterizava-se por ser um pequeno povoado, conservando ainda áreas de mata de virgem. Contava, nessa época, com apenas seis quadras abertas.

A Companhia de colonização primou por direcionar a ocupação dos lotes seguindo o plano urbanístico, onde a organização espacial tinha como base a preocupação funcional e administrativa e o planejamento urbano fosse voltado para um desenvolvimento futuro que alcançasse um horizonte de pelo menos 50 anos e limitava a existência do “Maringá Velho” como apenas núcleo originário. Em poucos anos, a área de “Maringá Velho” passou a contar com diversas casas de comércio, e todos os colonos convergiam para esse local para adquirir mantimentos de primeira necessidade.

*Foto 1: Residência de madeira em construção, pertencente ao Sr. Alfredo Nyffeler, Diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, atualmente encontra-se no campus da Universidade Estadual de Maringá, sendo utilizada para abrigar o Museu da Bacia do Paraná – 1946*





**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

*Fonte: Acervo da Gerência Municipal de Patrimônio Histórico de Maringá/2005*

*Foto 2 : Museu da Bacia do Paraná – residência restaurada – residência do Sr. Alfredo Nyffeller – funcionário da antiga Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*



*Fonte: Silvia Christiane Goya/2005*

## **2.5 Vila Operária**

A Vila Operária localiza-se nos limites do bairro denominado de Zona 03. Este bairro, foi destinado, de acordo com o plano urbanístico inicial, à servir de área de residência para a população de menor poder aquisitivo. Era objetivo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com essa ação, determinar que ali se concentrariam os trabalhadores e operários, os egressos da zona rural e todos aqueles que não podiam adquirir os lotes mais valorizadas do centro da cidade e das zonas residenciais melhor localizadas, que atraíram os compradores de maior poder aquisitivo.

A Vila Operária apresentou o maior número de vendas de lotes no período de 1949 a 1952, chegando a atingir o número de 1.116 lotes vendidos e foi a terceira em número de construções.

## **3. A construção das primeiras moradias no Município de Maringá**



### 3.1 – O surgimento das construções de madeira no Município de Maringá

O relato dos pioneiros é de que as famílias chegavam aos lotes que haviam adquirido e se acomodavam, a princípio, num rancho de palmito, que servia como primeiro abrigo até que tivessem condições de construir uma moradia mais segura e melhor. Assim, iniciavam as derrubadas da mata. Depois da derrubada da mata erguia-se o rancho e preparavam as terras para o cultivo do café.

As árvores de maior porte eram enviadas às serrarias, para que se pudesse industrializar a madeira, preparando-a para servir de material para as construções de moradias. O aproveitamento da madeira deu início à atividade de várias serrarias, fornecendo o material com que foram construídas a maioria das habitações. Porém, em 1953 muitas serrarias deram por encerradas suas atividades, pois não encontravam sua matéria-prima em abundância na região de Maringá. Para avaliar a expansão do núcleo urbano de Maringá, precisa-se mencionar o ritmo das construções, fazendo um corte cronológico que atinge 1947 a 1952. A relação existente entre as vendas dos lotes pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e a expansão territorial da área urbana de Maringá é evidente.

A autora de “O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá”, LUZ (1997, p. 85 ) aponta que:

Através do levantamento dos dados existentes nos arquivos da Prefeitura de Mandaguari, referentes aos alvarás concedidos para a construção de casas no Distrito de Maringá, nos anos de 1949 a 1952, constatou-se que, do total de 1.945 construções, 1.650 foram de madeira, 250 de alvenaria e apenas 36 mistas (alvenaria e madeira).

Também verificou-se na pesquisa que as zonas 07, 01 e 03 foram as áreas que mais construíram, no período de 1947 a 1952. Durante os anos de 1948 a 1949 constatou-se que 84,8% das construções eram de madeira, 13,3% eram de alvenaria e apenas 1,9% eram construções mistas. Sendo que a zona central, ou seja, zona 01 era a que mais apresentava construções mistas. A justificativa para haver tantas construções em madeira, era a preferência dos pioneiros que se valiam da existência de densas florestas ao redor de Maringá, que era fator para o barateamento do custo da madeira utilizada na construção dessas casas.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Verifica-se que no período entre 1947 a 1960, nas zonas residenciais havia predominância das construções em madeira. Mas a predominância das construções de madeira se torna mais acentuada nas zonas residenciais mais afastadas do centro: sendo que na zona 03 (Vila Operária) chega a atingir o patamar de 90,9% das residências e 81,5% do total das construções. Na zona 07 chega a 93% do total das residências e na zona 08 chega a 98,4% das moradias em madeira. Nesses bairros residiam moradores de menor poder aquisitivo e por essa razão suas moradias tinham área reduzida de construção e poucos ambientes, não ultrapassando, geralmente, a 80 m<sup>2</sup>.

Mas ainda pode-se mencionar que, até 1960, no tocante às residências, há preferência pelas construções de madeira, chegando a atingir 82,1% das casas. Na categoria de construções para o comércio, 69,8% são de alvenaria.

*Foto : Vista da Capela Santa Cruz – 1946*



*Fonte: Acervo da Gerência Municipal de Patrimônio Histórico de Maringá/2005*

*Foto : Vista da Capela Santa Cruz – já restaurada e tombada*





*Fonte: Silvia Christiane Goya/2005*

### **3.2 Análise histórica, social e funcional e as características das primeiras casas de madeira no núcleo urbano inicial de Maringá**

O primeiro núcleo de Maringá se caracterizava pela área do hotel, onde paravam os ônibus, os viajantes, os corretores, os funcionários da companhia loteadora. As primeiras construções a se instalarem no núcleo foram as serrarias, as máquinas de despolar café, descascar arroz e descaroçar algodão. Não havia, a princípio, o objetivo estético na construção dessas casas. Buscava-se aproveitar adequadamente uma pequena porção do lote adquirido, em torno de 40 a 60 metros quadrados do terreno, para a construção da moradia. Geralmente, as casas eram constituídas por uma pequena sala, dois a três quartos, uma cozinha e um banheiro que se interligavam e uma varanda.

Nota-se que as variantes para a construção das casas derivam da condição social e da origem do construtor. Como exemplo, destaca-se os baianos, pouco habituados a manejar madeiras pesadas, fazem suas casas mais baixas, escolhem troncos mais finos e às vezes até arbustos. Os de origem nipônica construía suas casas com uma cumeeira vertical de palha de arroz. A maioria das casas de madeira era de construção simples, sem muitos detalhes, onde as famílias buscavam acima de tudo abrigo. Eram casas que variavam de 40 a 100 metros quadrados, na sua maioria eram solicitadas construções em torno de 50 metros quadrados. A moradia era composta por cômodos pequenos, onde podiam contar dois a três cômodos que servissem de quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro, uma varanda e nas residências com algum espaço a mais, havia também a sala de jantar, a área de serviço, a despensa para guardar mantimentos, etc.

A madeira era retirada das serrarias locais e as peças de acabamento eram adquiridas nas lojas comerciais. A maioria dos pedidos eram de que os carpinteiros confeccionasse as janelas, em



forma de venezianas, que eram talhadas à mão pelos próprios carpinteiros. Todas as peças de madeira que necessitavam de detalhes, eram confeccionadas à mão pelos carpinteiros, pois, na serraria eles retiravam somente a madeira cortada em tábuas. Os detalhes das vigas de sustentação das varandas e os detalhes de ornamentação em madeira, eram todos feitos à mão, através de rudimentares ferramentas.

#### **4. Condições atuais das casas de madeira**

##### **4.1 – Condições de conservação das casas de madeira nos bairros – Zonas 3, 5 e 6**

Através de verificação *in loco* das condições de conservação das casas de madeira e da presença das casas em alvenaria, a análise visou resgatar a memória arquitetônica da cidade como registro da história material, notadamente nas áreas onde a densidade das casa de madeira ainda é muito alta: Zonas 3, 5 e 6.

Apesar da grande concentração dessas casas na paisagem da cidade, verifica-se que a preservação desses imóveis é em função das condições econômicas dos seus moradores.

As operações de renovação urbana seguem, na maioria das vezes, os preceitos da arquitetura e do urbanismo modernistas, cujos modelos funcionalistas revelam-se particularmente em algumas áreas próximas ao centro da cidade, onde estão aglomeradas atividades, principalmente dos setores da saúde e do comércio. Também, as casas de madeira, foram substituídas por essas construções, utilizadas para atividades do comércio e da saúde e para os edifícios residenciais. Observou-se que, na maioria dos casos, as estruturas iniciais cedem espaço para novas construções pelo fato dessas primeiras estruturas não estarem mais satisfazendo às expectativas do mercado imobiliário. Com a mesma expectativa, muitas pessoas que nelas habitam também estabelecem critérios de conceituação social ou econômica, precedidos por valores que a própria sociedade moderna estabelece quanto a essas tipologias construtivas..



**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

*IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007*

O conhecimento do precedente histórico, entretanto, não seria suficiente para os objetivos deste trabalho. Interessava também quantificar as casas de madeira, objeto deste estudo, ao mesmo tempo, destacando algumas residências que apresentavam ainda uma boa conservação, através da documentação fotográfica com intuito de obter um quadro mais complexo, mais rico de detalhes e informações sobre a situação atual, focando os bairros já mencionados. Essa análise passou a oferecer a possibilidade de contrapor o conhecimento dos fatos históricos à imagem atual do cotidiano de Maringá, que ainda detém a presença de algumas daquelas casas de madeira.

Constatou-se que inúmeras casas construídas na época da colonização e nas primeiras décadas seguintes apresentavam um excelente grau de conservação, fortalecendo a idéia de que a proeza técnica de construção dessas casas de madeira colocada em prática pelos primeiros carpinteiros, detinham uma natureza construtiva extremamente sólida, devido aos detalhes de construção moldados conforme a escolha da madeira, o clima, as técnicas construtivas, o índice de umidade e o tipo de solo.

*Foto: Casa de Madeira – Zona 05*



*Fonte: Silvia Christiane Goya/2005*

#### **4.2 – Questões de atratividade turística das casas de madeira no Município de Maringá**



Este trabalho, destaca a importância da preservação da memória material de Maringá, abordando como tema principal a presença das casas de madeira na paisagem cotidiana da cidade. Portanto, essas casas de madeira passam a representar peças da história material e integram o legado histórico municipal, por serem o espólio dos bens produzidos pelos pioneiros, com valor de obras vinculadas a personagens e fatos memoráveis da história de Maringá.

Essa abordagem parece encontrar, no entanto, seu limite nos interesses individuais, quando se observa que as ações, que porventura possam ser desencadeadas por este estudo, e devido ao valor desse legado histórico para a comunidade maringaense, tendem a precipitar um conflito e uma falsa consciência desse valor. Pois pode imprimir a falsa idéia, de que poderia haver uma valorização imobiliária acentuada sobre esse tipo de construção. E esse não é o objetivo. A lacuna que se deseja preencher com esse estudo, é de que os moradores da cidade de Maringá devem compreender o que essas construções representam para a história material da cidade e o que ainda pode ser resgatado como fato histórico, advindo desses imóveis.

Le Goff (*apud* MALHANO, 2002, p. 15) cita que em “alguns países quando conseguem uma relativa independência, o confronto entre o antigo e o moderno deságua sempre na busca de uma identidade, de um suporte para a construção de uma memória nacional.”

(MALHANO, 2002, p. 15) afirma sobre esse aspecto:

O reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão supõe a continuidade de uma representação da história, tanto por monumentos quanto por idéias e acontecimentos. Composto de monumentos (arquitetônicos e escritos) e de obras de arte, o patrimônio encontra seus limites e é determinado em função de critérios históricos e estéticos.

O fato é que deve se ter cuidado maior ao entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência de memória e percepção.

Jaffé (*apud* PIRES, 2001, p. 101) diz que:

A história do simbolismo mostra que tudo pode assumir significação simbólica: os objetos naturais (como pedras, plantas, animais, homens,



montanhas e vales, sol, lua, vento água, e fogo), ou coisas feitas pelo homem (casas, barcos, coches...), [...] o homem, com sua propensão para criar símbolos, transforma inconscientemente os objetos em símbolos, dotando-os, portanto, de grande importância psicológica.

É importante situar que o patrimônio cultural, passível de utilização turística, por sua vez, ainda é crítica. No tocante o turismo cultural, pouco tem sido analisado sobre a organicidade que possa existir entre bens históricos, que podem vir a formar conjuntos, ou edificações e logradouros que possam se inter-relacionar.

No tocante as variáveis de manutenção física das casas de madeira, podemos considerar ações como:

*Preservação* – é o caso da Capela Santa Cruz, primeira igreja no perímetro urbano de Maringá, construída nos anos de 1945 a 1946. A Capela Santa Cruz sofreu intervenção legal e passou a ser considerada patrimônio histórico, pelo seu valor histórico, justificando sua permanência à posteridade.

*Restauração e conservação:* é uma intervenção física no bem histórico. Ocorreu com a Capela Santa Cruz, que após a intervenção legal, passou por processo de restauração.

*Deslocamento* - é o caso da casa da madeira do pioneiro Sr. Alfredo Nyffeller. Ela foi removida do seu local original e foi reconstruída em terreno de propriedade da Universidade Estadual de Maringá, que hoje cuida desse bem histórico e mantém em seu interior o Museu Histórico da Bacia do Paraná.

*Réplica* – é a reprodução de um bem histórico original. No caso da cidade de Maringá, a Associação dos Pioneiros tem a intenção de solicitar ao poder público municipal a construção de uma réplica da Catedral Metropolitana Basílica Menor Nossa Senhora da Glória, que era em madeira e que cedeu espaço para uma construção moderna, que hoje é o símbolo e orgulho de Maringá.

*Reconstrução* - é a recriação de um bem histórico já desaparecido no local onde se encontrava o original.

*Reprodução* – é a recriação de um bem desaparecido em local diferente do original.

*Reutilização* – reaproveitamento de edificações e artefatos para usos diversos daqueles para os quais foram originalmente concebidos.



SILBERBEREG (*apud* PIRES, 2001, p. 67) postula *turismo cultural* como “[...]visitas de pessoas de fora da comunidade receptora motivadas completamente ou em parte por interesses na oferta histórica, artística, científica ou no estilo de vida, tradições da comunidade, religião, grupo ou instituição.”

## 5. Considerações finais

Houve a constatação concreta de que essas casas de madeira são um dos símbolos máximos do pioneirismo de Maringá. Inúmeras famílias que chegaram à Maringá em seus primeiros anos de colonização, habitaram esse tipo de moradia e têm guardadas em suas memórias e em fotografias, lembranças de um tempo árduo de muito trabalho e dificuldades, mas que, com saudosismo recordam-se de felizes momentos vividos nessas casas de madeira.

ara os que residem nessa cidade.

Observou-se a oscilação entre atender as exigências modernas sob o aspecto social e econômico e manter a história material. Essa visão a longo prazo, sugere que inúmeras serão as ações que deverão partir do órgão público municipal, da comunidade e de pesquisadores e historiadores, que em conjunto poderão desenvolver um projeto de resgate da memória viva de Maringá, da história material.

Hoje é uma recompensa fazer descobertas a cada momento da história de Maringá contida nessas casas de madeira ainda existentes e que puderam tornar visíveis o passado durante todo o processo de pesquisa para elaboração desse trabalho. Por isso, este trabalho buscou, sem grandes pretensões, reeditar a história de Maringá, enfatizando as narrativas dos pioneiros que construíram a história da cidade.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Arthur. *Maringá: Ontem, hoje e amanhã*. Maringá: Autor, 1979.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Autor, 1975.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá: Prefeitura do Município de Maringá, 1997.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado – 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MARINGÁ. (Prefeitura Municipal de Maringá - Divisão de Cultura). *Capela Santa Cruz*. Maringá: Gráfica Municipal, 1992.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE MARINGÁ (Prefeitura Municipal de Maringá). *Teatro Calil Haddad*. Maringá: Autor, 1996a.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE MARINGÁ (Prefeitura Municipal de Maringá - Divisão de Modernização Administrativa e Controle de Qualidade). *Perfil da Cidade de Maringá*. Maringá: Gráfica Municipal, 1996b.